

Sindicalistas querem negociar contra veto

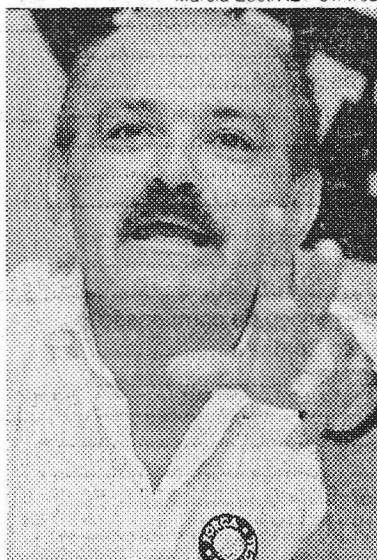
Marcia Zoet/AE—31/1/92

BRASÍLIA — Os líderes sindicais propuseram, na reunião ministerial, a abertura das negociações para evitar o veto do governo ao projeto que reajusta os salários integralmente pela inflação do mês anterior. O presidente da Força Sindical, Luiz Antônio de Medeiros, sugeriu ao presidente Itamar Franco aproveitar o prazo de dez dias que restam para o governo vetar ou sancionar o projeto para abrir essas negociações. "Quem esperou anos, pode esperar dez dias."

Medeiros reclamou da demora no processo de privatização e de execução das reformas estruturais e disse que o Estado, por ser um "patrão falido", tem de ter predisposição para "liquidar alguns ativos", antes de negociar. "Não formo entre os radicais que querem jogar o governo contra a parede, nem entre aqueles que querem jogar o movimento sindical contra a parede, como se os trabalhadores fossem responsáveis pela inflação", afirmou Medeiros. "Formo ao lado daqueles que acreditam num acordo."

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, pediu a sanção do projeto de política salarial aprovado pela Câmara, mas declarou-se também disposto a negociar, num prazo de 60 dias, um acordo amplo que vá além da discussão dos mecanismos de reajustes dos salários.

Nessa agenda, Meneguelli está disposto a incluir o debate sobre uma política de rendas, a reforma fiscal e uma solução do problema do financiamento da Previdência Social. "Acredito na possibilidade de não passar mais 15 anos com o velho argumento



Medeiros

"Quem esperou anos, pode esperar dez dias"

de que reajustar salário quebra a Previdência."

O pronunciamento de Candiné Pegado, da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), não diferiu muito dos de Medeiros e Meneguelli. Ele enfatizou a necessidade de haver uma parceria entre governo, empresários e trabalhadores para traçar um projeto de desenvolvimento nacional. "É fundamental a convergência de interesses de capital e trabalho."

Entre as questões fundamentais que devem ser discutidas com o objetivo de um acordo nacional, segundo Pegado, estão a definição de uma política de produção industrial, uma política fiscal e tributária, uma política social e uma política nacional de emprego.